

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 785, DE 26 DE SETEMBRO DE 2024

Aprova o relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do art. 6º do Regimento Interno, e CONSIDERANDO o art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; CONSIDERANDO a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, sobre o cumprimento das exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal por parte dos poderes e órgãos da esfera federal; CONSIDERANDO o Ato Normativo STM nº 676, de 9 de novembro de 2023, que dispõe sobre as responsabilidades e os procedimentos de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF nº 1.493, de 19 de setembro de 2024, sobre a publicação do demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) dos últimos 12 (doze) meses, referente ao 2º quadrimestre de 2024, período de setembro de 2023 a agosto de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2023 a agosto de 2024, constante do Anexo Único deste Ato Normativo.

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMEL

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS															
	SET/2023	OUT/23	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.085.008,79	52.934.331,03	57.815.572,12	43.727.486,93	40.831.187,22	40.184.299,05	42.032.070,29	40.123.486,40	40.088.924,54	52.457.914,47	40.516.257,67	40.306.963,61	528.103.502,12	25.325.584,69	553.429.086,81	
Pessoal Ativo	19.643.107,85	20.115.686,99	30.935.819,87	26.317.997,04	21.203.485,13	21.813.440,57	23.795.298,22	21.944.862,49	21.980.261,04	25.899.974,92	22.293.333,27	22.163.070,81	278.106.338,20	14.286.445,29	292.392.783,49	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	16.539.622,44	16.984.624,05	24.741.506,20	23.309.135,44	18.077.806,03	18.492.812,76	20.482.906,07	18.615.430,13	18.674.727,97	22.607.238,31	18.994.091,30	18.739.586,69	236.259.487,39	11.280.445,29	247.539.932,68	
Obrigações Patronais	3.103.485,41	3.131.062,94	6.194.313,67	3.008.861,60	3.125.679,10	3.320.627,81	3.312.392,15	3.329.432,36	3.305.533,07	3.292.736,61	3.299.241,97	3.423.484,12	41.846.850,81	3.006.000,00	44.852.850,81	
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.441.900,94	32.818.644,04	26.879.752,25	17.409.489,89	19.627.702,09	18.370.858,48	18.236.772,07	18.178.623,91	18.108.663,50	26.557.939,55	18.222.924,40	18.143.892,80	249.997.163,92	11.039.139,40	261.036.303,32	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.509.913,14	13.749.738,73	16.010.417,61	10.508.407,84	12.646.322,77	11.152.397,57	10.966.919,54	10.936.668,61	10.819.227,47	15.541.217,01	10.915.558,38	10.852.458,66	144.609.247,33	9.484.469,32	154.093.716,65	
Pensões	6.931.987,80	19.068.905,31	10.869.334,64	6.901.082,05	6.981.379,32	7.218.460,91	7.269.852,53	7.241.955,30	7.289.436,03	11.016.722,54	7.307.366,02	7.291.434,14	105.387.916,59	1.554.670,08	106.942.586,67	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	65.080,44	15.725.400,98	758.028,83	7.030.879,98	1.944.318,97	137.326,33	6.618,18	64.741,84	5.620,87	14.140,72	490.409,21	18.449.754,85	44.692.321,20	16.505.255,94	61.197.577,14	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	73.004,86	0,00	73.004,86	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	58.462,26	15.568.616,97	751.410,65	8.005,50	1.937.700,79	130.708,15	0,00	59.406,32	285,35	8.805,20	485.073,69	433.695,44	19.442.170,32	12.241.854,45	31.684.024,77	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	150.165,83	0,00	7.016.256,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.010.723,89	25.177.146,02	4.263.401,49	29.440.547,51	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.019.928,35	37.208.930,05	57.057.543,29	36.696.606,95	38.886.868,25	40.046.972,72	42.025.452,11	40.058.744,56	40.083.303,67	52.443.773,75	40.025.848,46	21.857.208,76	483.411.180,92	8.820.328,75	492.231.509,67	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.342.418.403.457,81	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	492.231.509,67	0,03668%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.081.667.052,77	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.027.583.700,13	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	973.500.347,49	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 10/09/2024, 11h49min.

Nota 1. Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 3. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Nota 4. A partir de setembro de 2023, a fonte 1056 não foi mais utilizada para pagamento da Despesa de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de forma que esse valores não puderam ser deduzidos das Despesas com Pessoal, aumentando a base de cálculo para apuração dos limites de despesa com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ten Brig Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO
Ministro-Presidente
CAMILO REY LAURETO
Diretor de Orçamento e Finanças

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral
HELTON CARNEIRO DE CASTRO
Assessor de Controle Interno

